

# Moçambique: perspectivas para o pós-guerra

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE JANEIRO DE 1992

AS PERSPECTIVAS económicas e sociais de Moçambique no pós-guerra são de difícil previsão pela quantidade de factores, tanto exógenos como endógenos, em jogo. Mas a possibilidade de um acordo de cessar-fogo, num prazo relativamente curto, e sobretudo a necessidade de explicitar alguns pressupostos importantes para o futuro do país levam-nos a assumir o risco de prever a evolução económica dos próximos anos em Moçambique.

Por uma questão de sistematização foram considerados dois períodos: o primeiro, de 4 ou 6 anos, que designaremos de curto ou médio prazo; o segundo, de mais de 5 anos, que designaremos de longo prazo. Os períodos não são independentes, pois os resultados do segundo dependem muito das medidas adoptadas no período de curto ou médio prazo.

O primeiro destes períodos, sendo politicamente o mais complexo, é aquele que no entanto apresenta perspectivas económicas mais favoráveis, pois Moçambique pode alcançar com relativa «facilidade» elevadas taxas de crescimento do PIB — da ordem dos 10 por cento ou mesmo superiores.

Outros indicadores macroeconómicos e sociais acompanharão esta evolução extremamente favorável, bastando que as previsões sobre o crescimento do PIB se materializem e, sobretudo, que a actual situação de insegurança sofra me-

lhorias consideráveis.

Os dividendos da paz e o prosseguimento das actuais políticas de ajustamento macroeconómicas assegurarão um crescimento acentuado durante o primeiro período.

No segundo período, esgotados aqueles dividendos e a possível falência das medidas tradicionais de ajustamento — e se outras medidas não forem adoptadas — trarão à superfície os problemas estruturais da sociedade e da economia moçambicana. Por isso, não é de admitir que as taxas de crescimento do primeiro período se mantenham.

Infelizmente, os resultados favoráveis do primeiro período não constituem «per si» uma garantia de continuidade, pois eles podem ser apenas uma consequência de um conjunto de circunstâncias históricas que se esgotarão rapidamente. Além disso, como veremos, as taxas de crescimento favoráveis e absolutamente anormais para os padrões africanos podem representar melhorias pouco significativas.

## Optimismo a curto prazo

O optimismo a curto e médio prazo baseia-se fundamentalmente em três factores.

O primeiro, e talvez o mais importante, assenta no ponto de partida para a medição do crescimento económico. Com efeito, a degradação económica e social do país atingiu pro-

porções tão grandes que certamente não será difícil, dentro de certos pressupostos, ter uma melhoria acentuada dos indicadores nacionais, que são os mais baixos do mundo.

Moçambique apresenta uma das piores taxas de mortalidade infantil, o mais baixo consumo «per capita» de proteínas, um dos mais baixos níveis de escolarização, o mais baixo rácio de exportações «per capita». A esta lista de piores rácios no mundo não é estranho o facto de, no período de 1981-87, o PIB «per capita» ter decrescido a uma taxa média anual de 8,2 por cento, a produção industrial ter baixado a uma taxa de 8,4 por cento e a agricultura a uma taxa de 11 por cento.

Poucos países no mundo tiveram quedas tão acentuadas e por períodos tão longos. Em África, há a referir apenas as situações de Niger, Zâmbia e Libéria, mas mesmo esses com consequências menos graves que as de Moçambique. Como extremo oposto, temos o Botswana, onde o PIB «per capita» cresceu a uma média de 8 por cento ao ano.

O nível de actividade económica, não obstante as recuperações dos últimos 5 anos, continua tão baixo que é de admitir que os efeitos de ajustamento económico em curso, numa situação de segurança melhorada como resultado de um acordo político e de cessar-fogo, permitam uma expansão económica acentuada por uma melhor utilização das capacidades existentes e sobretudo pela circulação mais fácil de mercadorias e de bens.

**Sendo previstas elevadas taxas de crescimento para o médio prazo, e admitindo que a população cresça a uma taxa anual de 3%, ao fim de 5 anos o PIB «per capita» moçambicano será de 140 dólares, que é apenas metade do PIB «per capita» do período anterior à independência, ou, se quisermos, 57% dos valores de 1981**

## Abdul Magid Osman\*

O segundo factor está na agricultura e nos transportes, que, sendo os mais atingidos pela guerra e uma vez terminada esta, poderão duplicar as suas actividades a médio prazo. Devido à insegurança, uma parte importante da população rural não se pode dedicar à produção agrícola a tempo inteiro. E, no que se refere aos transportes — em particular o ferroviário, um dos alvos preferidos da acção de desestabilização —, mesmo as linhas férreas que estão hoje operativas só estão abertas ao tráfego apenas uma parte do dia.

## Liberalização económica

Estes dois sectores, em particular o da agricultura, podem ter uma contribuição decisiva para os níveis previstos para o crescimento do PIB. Se a agricultura duplicar em 5 anos, o crescimento do PIB, pelo peso que o sector apresenta na economia, deverá ser 7,5 por cento ao ano, supondo que todos os outros sectores não terão qualquer evolução positiva, o que é pouco provável.

Felizmente, a duplicação da produção agrícola não depende

de grandes decisões políticas ou de reforma agrária, podendo no entanto ser prejudicada pelos factores climáticos — prevê-se que neste ano se inicie um novo ciclo de secas — e por falta de estradas, área onde os investimentos foram negligenciados no passado, embora exista um importante programa de reabilitação.

Como terceiro factor, temos as medidas de ajustamento em curso no país. Com efeito, o programa de liberalização económica e financeira atingiu um nível tal que já não é possível um recuo neste domínio. Pelo contrário, resolvidas que foram algumas questões ideológicas e clarificadas as relações de força no seio da Frelimo, pode-se hoje avançar com maior determinação para uma economia de mercado, em que a distribuição de recursos será cada vez mais efectuada pelos mecanismos do jogo da oferta e da procura e não na base de decisões administrativas.

A opção por uma economia de mercado mais ou menos liberal é indiscutivelmente uma garantia para as elevadas taxas de crescimento económico por razões circunstanciais e não só. Entre as circunstan-

ciais, importa destacar o facto de as medidas de liberalização serem uma condição para a continuidade da ajuda externa. Além disso, nas actuais condições, em que a capacidade da Administração Pública é cada vez mais deficiente, a única alternativa que resta é confiar no sector privado e numa política económica mais ou menos liberal.

Esta aposta traduz-se hoje por um dinâmico processo de privatização, que abrangerá sectores importantes como os caminhos-de-ferro, havendo apenas dúvidas quanto às modalidades a adoptar. Possivelmente, optar-se-á pela privatização da gestão, mas não da propriedade.

Mas as perspectivas de crescimento apresentadas assentam em alguns pressupostos.

O primeiro está associado à presunção de que o acordo de cessar-fogo trará uma melhoria substancial da situação de segurança, entendendo-se como tal a livre circulação de pessoas e de bens por todo o país. Trata-se, porém, de uma visão do possível e não da utopia de pensar que ao cessar-fogo se seguirá necessariamente uma paz absoluta, com eliminação total e definitiva do banditismo.

Mas em relação a essa paz relativa, todas as preocupações não são excessivas, pois o processo de integração da Renamo, em particular dos elementos que não serão absorvidos pelo Exército Nacional, não será fácil. A recriação do Exército Nacional aceite pelas partes e o processo de reintegração dos elementos armados vão ser

18 DE JANEIRO DE 1992

determinantes para o processo de pacificação e consequentemente para a viabilização económica e social do país.

### A importância da África do Sul

O segundo pressuposto, tão importante como o primeiro, é o desmantelamento mais ou menos ordeiro do sistema de «apartheid» sul-africano. Apesar do previsível recrudescimento da violência devido aos interesses antagónicos de vários grupos sociais, o importante é a não desintegração da economia da África do Sul, que depende de factores subjectivos, tais como a confiança dos investidores.

Um aumento descontrolado da violência nesse país pode minar a pouca confiança existente, agravando a fuga de capitais que hoje já se verifica, com redução ainda maior de investimentos. O assunto é tão complexo que merece uma análise mais aprofundada, mas o que importa reter é a associação do futuro de Moçambique à evolução da situação política e económica da África do Sul (um cenário de instabilidade económica neste país pode representar o regresso de mineiros e de outros trabalhadores moçambicanos, a redução das trocas comerciais, do tráfego ferro-portuário, a inviabilização do projecto de recuperação das linhas de alta tensão e, por isso, um adiar indefinido da utilização de Cahora Bassa para o desenvolvimento do país).

Sempre acreditámos que, com uma política inteligente, era possível obter vantagens para Moçambique de uma economia sul-africana forte.

Mas, infelizmente, estas perspectivas são remotas, pois estudos recentes revelam que em alguns sectores, em particular no da indústria transformadora, a África do Sul perdeu competitividade internacional e, com os actuais problemas sociais, o país irá juntar-se ao Leste europeu como novo recipiente de ajuda internacional.

Uma África do Sul democrática, pelo menos a médio prazo, mais do que subjugar economicamente a região, será um concorrente na mobilização de recursos da ajuda internacional, que não tendo crescido substancialmente tem de atender a maiores solicitações internacionais.

O terceiro pressuposto é o da ajuda internacional, que se assume manter-se constante em termos reais ao nível dos últimos dois ou três anos.

Havendo possibilidade de um aumento — como consequência dos diferentes programas económicos e sociais resultantes de um acordo de cessar-fogo —, trata-se de uma premissa de fácil realização, desde que se mantenha a «performance» económica e financeira e não se assista a um agravamento do descontrolo económico, bem como desde que hajam manifestações claras de vontade política de combate à corrupção.

A última reunião do Grupo Consultivo realizada em Paris é uma prova da vontade da comunidade internacional apoiar o esforço moçambicano.

### Metas ambiciosas

Se Moçambique atingir as taxas de crescimento económi-

co da ordem dos 10 por cento, como se espera, o rendimento «per capita», que para o ano de 1990 está calculado entre 80 e 100 dólares, sofrerá naturalmente uma evolução positiva.

Admitindo que a população cresça a uma taxa de 3 por cento ao ano, então ao fim de 5 anos o PIB «per capita» será de cerca de 140 dólares. Este valor representa apenas metade do PIB «per capita» registado no período anterior à independência nacional, ou, se quisermos, 57 por cento dos valores de 1981 — o melhor ano económico após a independência.

E, não obstante as elevadas taxas de crescimento, Moçambique continuará sendo um dos países mais pobres do mundo. Para atingir o rendimento «per capita» anterior à independência, admitindo uma taxa de crescimento de 7 por cento a partir de 1996 e mantendo-se a taxa de crescimento da população em 3 por cento, serão necessários 18 anos. Ou seja, só no ano de 2014 será atingido o valor correspondente ao de 1973.

As elevadas taxas de crescimento que se prevêem para o primeiro período pós-guerra poderão servir para escamotear esta realidade, mas será grave a ausência de consciência de que os problemas económicos e sociais de Moçambique só podem ser resolvidos a muito longo prazo. Por isso, as políticas económicas têm de reflectir esta necessidade.

Os dividendos da paz têm de ser utilizados para preparar programas de muito longo prazo, sob pena de mais uma oportunidade histórica se perder por falta de consenso nacional.

*\*Ex-ministro das Finanças de Moçambique e actual coordenador do Management Development Programme no PNUD (ONU)*